

NOTA AOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Municípios reforçam estabilidade financeira apesar do contexto desafiante

ANMP, Coimbra, 9/07/2025 - Os municípios portugueses continuam a demonstrar uma sólida gestão das suas finanças, mesmo num quadro económico exigente e de crescente responsabilidade trazida pela descentralização de competências. De acordo com o relatório do Conselho das Finanças Públicas (CFP) sobre a “Evolução Orçamental da Administração Local”, ontem divulgado, 293 das 303 autarquias analisadas mantêm-se abaixo do limite legal de endividamento, evidenciando um comportamento financeiro responsável e prudente.

Importa sublinhar que os municípios alcançaram um excedente orçamental de 268 milhões de euros, largamente superior ao registado no ano anterior (27 milhões), o que confirma a capacidade de manter saldos positivos e sustentáveis. Este resultado decorre de um crescimento das receitas efetivas (+10%), fortemente impulsionado pelas transferências da Administração Central (+17,6%), e do facto de as despesas crescerem a um ritmo mais moderado (+7,9%).

Outro sinal claro da melhoria da situação financeira local é a redução dos pagamentos em atraso em 38%, reflexo de uma maior disciplina orçamental e da eficácia do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que continua a desempenhar um papel importante junto das autarquias com maiores dificuldades financeiras.



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**

Apesar de um ligeiro aumento global da dívida municipal (3 624 milhões de euros, +2,3% ou + 80 milhões face a 2023), este é o primeiro crescimento em mais de uma década, sendo ainda assim enquadrado dentro dos limites legais por parte da esmagadora maioria dos municípios. Este acréscimo deve ser lido à luz do esforço de investimento público local e da pressão crescente sobre a despesa corrente, resultante da descentralização de competências e do aumento dos custos de funcionamento.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) considera que estes dados são reveladores da responsabilidade financeira dos municípios portugueses, que continuam a garantir serviços públicos de proximidade e qualidade, assegurando o investimento local necessário ao desenvolvimento dos territórios, muitas vezes sem o correspondente reforço estrutural de financiamento.

Reafirma-se, por isso, a necessidade de uma reforma profunda do modelo de financiamento das autarquias, através de uma nova Lei de Finanças Locais, para garantir previsibilidade, sustentabilidade e equidade, especialmente num ciclo de novos desafios relacionados com a transição climática, digital e demográfica.

Nota para o editor:

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) é uma entidade de direito privado, constituída em maio de 1984, com sede em Coimbra, e que tem como objetivo a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local.

